



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

242

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0192674-7
COMARCA : Recife - 8ª Vara Criminal
APELANTE : Etienne José Xavier
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Desa. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. INVERSÃO DA POSSE DA RES. MOMENTO CONSUMATIVO. DELITO TENTADO. INOCORRÊNCIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE REDUÇÃO DA PENA EM 1/6. FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO.

I – A consumação do delito de roubo ocorre com a transferência da posse do bem subtraído, da vítima para o agente, independentemente desse último exercer a posse mansa e pacífica da *res*, vindo a ser perseguido e preso logo após o cometimento da infração. Precedentes do STF e STJ.

II – Incabível a modificação da pena definitiva aplicada, bem como o regime de seu cumprimento, uma vez que já aplicada a atenuante de confissão espontânea pelo juiz sentenciante, mesmo que em patamar inferior a 1/6, tendo em vista não ter o Código Penal Brasileiro estabelecido o quantitativo de aumento ou diminuição da pena no que se refere às circunstâncias agravantes e atenuantes, o que confere ao aplicador do direito liberdade de aplicação do *quantum* de acordo com as particularidades de cada caso concreto,

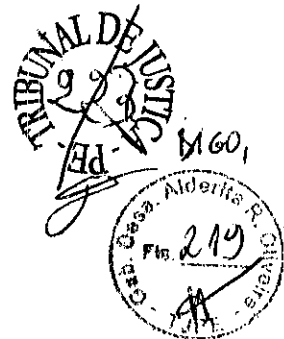
III – Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0192674-7**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**,



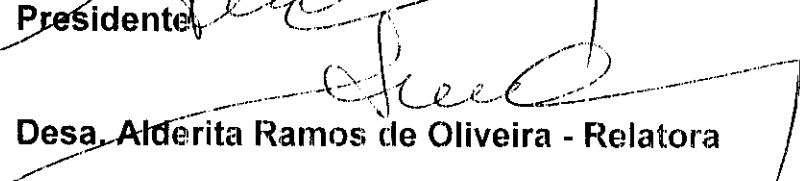
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos ²⁴³anexos,
que passam a integrar este aresto.

Recife, 04 de Fevereiro de 2010.


Presidente


Desa. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

244

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0192674-7

COMARCA : Recife - 8ª Vara Criminal
APELANTE : Etienne José Xavier
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Etienne José Xavier foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas penas do art. 157, *caput*¹, do Código Penal, acusado de subtrair, mediante ameaça e com simulação de uso de arma de fogo, um aparelho celular de marca Nokia, passagem de ônibus e um relógio de pulso de marca Quartz da vítima Jane Maria da Silva, fato ocorrido no dia 2 de setembro de 2007, por volta das 22:00 horas, na Av. Mascarenhas de Moraes, Imbiribeira, Recife, neste Estado.

Concluída a instrução criminal, o denunciado foi condenado nos termos da denúncia, fixando o juiz processante a pena-base de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa, a qual foi diminuída em 3 (três) meses de reclusão e 3 (três) dias-multa, tendo em vista a aplicação da circunstância atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea d², do Código Penal, restando definitiva em 4 (quatro) anos e 3 (três) meses de reclusão e 7 (sete) dias-multa, a ser cumprida em regime inicialmente semi-aberto (art. 33, § 2º, alínea "b"³, do Código Penal), conforme sentença de fls. 177/180.

¹ **Roubo**

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

² Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena: (...)

III - ter o agente: (...)

d - confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime; (...)

³ **Reclusão e detenção**

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

(...)

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso: (...)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

245

Inconformado, o réu manifestou interesse em apelar da decisão (fl. 183), oferecendo razões recursais às fls. 186/189, pugnando pelo reconhecimento do crime de roubo em sua forma tentada (art. 14, inciso II⁴, CP), sob o fundamento de que não obteve a posse tranqüila dos bens subtraídos, bem como pela aplicação da redução da pena em 1/6, haja vista a sua confissão espontânea e, conseqüentemente, a fixação do regime aberto de cumprimento da pena.

O Ministério Público de 1ª Instância ofereceu contrarrazões de apelação às fls. 191/192, rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do recurso.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer de fls. 202/207, opinando pelo improvimento do recurso, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 13 de outubro de 2007.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora

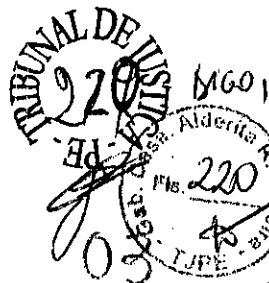
b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto; (...)

⁴ Art. 14 – Diz-se o crime: (...)

II – tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



246

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0192674-7
COMARCA : Recife - 8ª Vara Criminal
APELANTE : Etienne José Xavier
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Insurge-se, o apelante, contra sentença que o condenou à pena de 4 (quatro) anos e 3 (três) meses de reclusão e 7 (sete) dias-multa por infração ao art. 157, caput, do Código Penal, pugnando pelo reconhecimento do crime de roubo em sua forma tentada, sob o fundamento de que não obteve a posse tranqüila dos bens subtraídos, bem como pela aplicação da redução da pena em 1/6, haja vista a sua confissão espontânea e, conseqüentemente, a fixação do regime aberto de cumprimento da pena.

A materialidade e a autoria do fato encontram-se evidenciadas pelo conjunto probatório carreado aos autos e não são objeto do presente apelo.

Primeiramente, tem-se a dizer que a alegação de que não houve a consumação do delito em tela, uma vez que o recorrente não obteve a posse tranqüila do bem subtraído, não merece prosperar.

Para a consumação do delito de roubo não se faz necessário que o agente exerça a posse mansa e pacífica do bem subtraído nem, muito menos, que consiga empreender fuga após o delito, bastando, tão somente, a inversão da posse da *res*, ainda que por curto espaço de tempo, tal como ocorreu na hipótese dos autos, em que o agente foi perseguido e preso logo após o cometimento da infração e o bem devolvido à vítima.

Efetivamente, a *res* escapou da vigilância da vítima e houve a inversão da posse, ainda que por curto espaço de tempo.

É o que se depreende do depoimento da vítima **Jane Maria da Silva Bispo**, colhido por ocasião da instrução criminal, ao afirmar (fls. 88/89):

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



247

"(...) que por volta das vinte e duas horas estava num ponto de ônibus com sua amiga Rosilda, pois vinham da igreja quando de repente um elemento surgiu por trás anunciando o assalto e exigindo celular, relógio etc; (...); que após o acusado sair do local chegou um coletivo; que ela declarante explicou ao motorista que havia sido assaltada e pediu-lhe carona pois estava sem o dinheiro da passagem; que logo mais adiante ela declarante avistou o autor do roubo reconhecendo-o pelos trajes e informou ao motorista; que como vinha uma viatura policial atrás do ônibus, o motorista acionou os policiais, informou-lhe sobre o ocorrido e apontou a pessoa do acusado que pedalava uma bicicleta; que os policiais efetuaram a prisão do acusado; que na delegacia recuperou todos os pertences roubados; (...)”

Com efeito, a retirada da *res furtiva* da esfera de domínio da vítima caracteriza crime de roubo consumado e não a mera tentativa, não merecendo guarida a alegação de que o acusado não teve a posse tranqüila da coisa subtraída, vez que tal argumento não é capaz de elidir a consumação da conduta delitiva em comento.

Neste sentido, trago à colação recente julgado do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: HABEAS CORPUS. CÓDIGO PENAL. CRIME DE ROUBO (ARTIGO 157 DO CÓDIGO PENAL). MOMENTO CONSUMATIVO. CESSADA A VIOLÊNCIA E INVERTIDA A POSSE DOS BENS SUBTRAÍDOS. PERSEGUIÇÃO PELA POLÍCIA. CAPTURA DO ACUSADO. ROUBO CONSUMADO. PRECEDENTES.

1. É de se considerar consumado o roubo quando o agente, cessada a violência ou a grave ameaça, inverte a posse da coisa subtraída. Desnecessário que o bem objeto do delito saia da esfera de vigilância da vítima. **O simples fato de a vítima comunicar imediatamente o ocorrido à polícia, com a respectiva captura do acusado nas proximidades do local do crime, não descaracteriza a consumação do delito.** Precedentes: RE 102.490, da relatoria do ministro Moreira Alves (Plenário); HC 89.958, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence; HC 94.406, da relatoria do ministro Menezes Direito; HC 89.653, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski; HCs 89.619 e 94.552, ambos de minha relatoria. 2. Ordem denegada. (HC 95998, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 12/05/2009, DJe-108 DIVULG 10-06-2009 PUBLIC 12-06-2009 EMENT VOL-02364-01 PP-00157) (Grifei)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

248

Ainda, neste sentido, são os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO. MOMENTO DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. DESNECESSIDADE DE POSSE MANSA E TRANQUILA DA RES FURTIVA.

1. Consuma-se o roubo no momento em que o agente se torna possuidor da res furtiva ainda que por breve espaço de tempo, não sendo necessário que a mesma se dê de forma mansa e pacífica. (...) (REsp 1069440/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 03/08/2009)" (Grifei)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. ROUBO. CONSUMAÇÃO. POSSE TRANQUILA DA RES. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. DESNECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. INOCORRÊNCIA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (...)

2. Considerando que o art. 157 do CP traz como verbo-núcleo do tipo penal do delito de furto a ação de "subtrair", podemos concluir que o direito brasileiro adotou a teoria da apprehensio ou amotio, em que os delitos de roubo/furto se consumam quando a coisa subtraída passa para o poder do agente, mesmo que num curto espaço de tempo, independente da res permanecer sob sua posse tranqüila. Dessa forma, a posse tranqüila é mero exaurimento do delito, não possuindo o condão de alterar a situação anterior. O entendimento que predomina no STJ é o de que não é exigível, para a consumação dos delitos de furto ou roubo, a posse tranqüila da res. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 859.952/RS, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 27.05.2008, DJe 09.06.2008)"

No que pertine ao pedido de aplicação da redução da pena em 1/6, haja vista a sua confissão espontânea e, conseqüentemente, a fixação do regime aberto de cumprimento da pena, também não merece acolhimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



249

É certo que o Código Penal Brasileiro não estabeleceu o quantitativo de aumento ou diminuição da pena no que se refere às circunstâncias agravantes e atenuantes, conferindo, ao julgador a liberdade de aplicação do *quantum* de acordo com as particularidades de cada caso concreto, e assim o fez o juiz sentenciante ao aplicar a circunstância atenuante da confissão espontânea reduzindo a pena-base em 3 (três) meses de reclusão, não merecendo o *decisum* qualquer reparo.

Nessa senda, transcrevo trecho do parecer da Douta Procuradoria de Justiça (fls. 202/207), *verbis*:

"(...) como a menor causa de diminuição e aumento previstas legalmente é de 1/6, e como o Código Penal não estabeleceu expressamente o quantum de aumento ou diminuição para as circunstâncias agravantes e atenuantes, a interpretação correta é a de que estas últimas devem ser fixadas em patamar inferior a 1/6. Dessa maneira, o quantitativo da circunstância atenuante aplicada foi fixado corretamente. (...)"

Desse modo, uma vez que a atenuante da confissão espontânea já foi aplicada pelo magistrado de 1º grau, mantenho a pena definitiva fixada, e, por conseguinte, o regime inicialmente semi-aberto de cumprimento da pena.

Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego** provimento ao apelo, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 04 de Fevereiro de 2010.


Desa. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

250

PROCESSO Nº: 0192674-7
COMARCA: RECIFE
VARA: 8ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ETIENE JOSÉ XAVIER
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 04 / 09 / 2009.10

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor